

Nem só de pão vive o Homem

por Manuel Abranches de Soveral

Em política, não vale a pena explicar as coisas antes do tempo. Este fenómeno, repetidamente testado, tem múltiplas causas, avultando desde logo as diferenças de perspectiva da visão pedagógica e da preocupação analítica face às exigências do *momentum* sociológico e os imperativos da decisão imediata.

Quer isto dizer que a política está destinada a navegar à vista? Não necessariamente, se bem que esta seja cada vez mais a prática generalizada. Na verdade, só um projecto político de grande fôlego, com linhas de orientação muito claras, estruturadas e coerentes, projectado a longo prazo e com visão histórica, pode dar aos seus intérpretes e apoiantes, a cada momento, uma noção exacta, consensual e motivada, do caminho a seguir.

Em momentos de ruptura, sobretudo de ruptura inesperada, o mais comum é a generalidade das pessoas se acantonarem de um e outro lado da contenda que causou essa mesma ruptura, potenciando-a e agravando-a. À paz podre que antecede a ruptura, em geral segue-se um agravar das tensões disruptivas, por um lado, e um esforço conciliatório para reforçar ainda mais a prévia paz podre, por outro. Raramente a oportunidade é dialéctica, ou seja, quase nunca serve para mudar totalmente o paradigma e criar uma nova realidade, que justamente ultrapasse os problemas que estão na raiz da ruptura.

A decisão inglesa de abandonar a União Europeia, os seus antecedentes e as suas consequências, podem ser analisadas e explicadas de várias maneiras, sobretudo se o fizermos de forma superficial, parcial ou incompleta. Ou se nos ativermos aos aspectos secundários ou circunstanciais do fenómeno.

Contudo, numa análise cabal, central e isenta, é inegável um consenso intelectual sobre as questões em confronto. Minimizá-las ou subestimá-las, por razões ideológicas ou de *wishful thinking*, apenas serve para falhar qualquer lição séria, certa e frutuosa.

No cerne do *Brexit* e dos movimentos eurocéticos estão algumas ideias centrais, não tanto na cabeça das suas lideranças mas sobretudo nas bases eleitorais, que são na verdade quem importa e quem decide em democracia.

Basicamente, as pessoas querem decidir democraticamente o seu presente e o seu futuro, querem garantir trabalho sustentável, querem manter e reforçar a sua identidade e cultura como povos, mesmo que isso lhes custe algum bem-estar económico. No fundo, comungam na ideia de que nem só de pão vive o Homem.

O mundo financeiro em geral e os líderes burocráticos em particular podem ter muita dificuldade em perceber este Povo que não vende a alma ao dinheiro e que encara a globalização não como uma oportunidade para enriquecer (sempre à custa de alguém...), mas sobretudo como um movimento imparável de desestruturação social, de massificação execrável, de delapidação ambiental, de competição injusta e traiçoeira, enfim, de destruição do seu modo de vida.

A União Europeia, sem o Reino Unido ou apenas sem a Inglaterra, tem agora uma decisão vital a tomar. Se arrear caminho e se reformar de alto a baixo, no sentido que os seus Povos querem, pode afinal agradecer ao *Brexit* a sua sobrevivência. Se teimar no actual *status quo*, se cerrar fileiras em torno da paz podre prevalecente, se insistir nos erros estratégicos da sua política, se não ouvir devidamente os seus Povos, se não se souber reinventar, não passa na verdade de um cadáver adiado.

Mas sejamos claros, para que estas considerações genéricas não sirvam muitos chapéus. Tendo em conta o que ficou dito, sobretudo as ideias centrais que o *Brexit* revelou e se pressentem um pouco por toda a Europa, a primeira medida a tomar é a eleição directa, por sufrágio universal europeu, do presidente da Comissão Europeia, que uma vez eleito nomearia os comissários da sua confiança, como um primeiro-ministro nacional nomeia os seus ministros, sendo o principal responsável pela política comum europeia.

Teríamos assim, na União Europeia, uma direcção democrática tricéfala. A par do Conselho, onde os Estados estão representados

pelos seus presidentes ou primeiros-ministros eleitos, teríamos o Parlamento Europeu e a Comissão, eleitos por todos os europeus.

A eleição directa da Comissão, por mandatos de cinco anos, e algumas alterações complementares nos tratados, permitiriam finalmente dirimir algumas das grandes questões estratégicas da União Europeia. Por exemplo: se uma maioria de europeus optasse por um candidato que defendesse uma Europa mais fechada ao exterior e à globalização, menos permeável aos interesses financeiros e das grandes multinacionais e mais atenta à preservação da identidade e cultura diversificada dos Povos que a compõem e enriquecem e às especificidades e debilidades das regiões e países economicamente menos desenvolvidos, teria toda a legitimidade (e poder) para prosseguir essa política.

Quer se concorde ou não com essa política, a verdade é que só dando expressão à vontade da maioria dos seus Povos a União Europeia pode evitar a desagregação que se anuncia. Não vale a pena tapar o sol com a peneira...

De resto, muito provavelmente, as ideias centrais que iriam motivar (e dividir) o eleitorado europeu passariam completamente à margem quer das habituais posições dos Estados quer das tradicionais divisões político-partidárias. Por isso mesmo, nem as eleições nacionais nem as eleições para o Parlamento Europeu podem resolver a questão. Os mesmos que no Reino Unido votaram no *Brexit*, teriam certamente votado num candidato a líder europeu que propusesse para a União Europeia uma política mais consentânea com as suas preocupações e ensejos, se em vez do referendo tal eleição tivesse existido. Por outro lado, ao contrário do que se passa quer nas eleições nacionais quer nas eleições para o Parlamento Europeu, os candidatos a líder europeu saberiam, à partida, o que estava em causa para ganharem aquelas eleições específicas. Teriam portanto de ser não só muito claros nas opções que apresentavam ao eleitorado mas também devidamente consequentes uma vez eleitos. Só isso, aliás, justificaria a sua existência.

Ao contrário do que, algo precipitadamente, se poderia pensar, uma Comissão Europeia eleita directamente pelo voto universal e assumindo um papel liderante na União não consubstancia nenhuma deriva federalista. Nem a questão, aliás, se pode ou deve pôr nestes termos. O que os Povos europeus querem, tanto quanto me parece, é sobretudo preservar a sua identidade e terem uma palavra decisiva nas políticas da União Europeia, que não seja intermediada pelos

respectivos Estados e filtrada pela intrincada filigrana da burocracia de Bruxelas e Estrasburgo. Ora, isto pode ser atingido justamente com uma liderança europeia eleita. O nível e profundidade da integração, o seu modelo, os seus objectivos e métodos, tudo isso passaria a ser controlado, não por interesses estatais, corporativos, económico-financeiros ou partidários, mas sim pelo voto dos Povos. Não era em si, portanto, uma medida minimamente federalista. Podia sê-lo, ou bem pelo contrário: dependia da vontade dos Povos. Mas democrático era certamente.

Pode ser que o Reino Unido (com ou sem a Escócia) se aguarde bem fora da União Europeia. É um teste que todos esperam ver como resulta. Para já não falar nas eleições nos EUA. Mas desde já é evidente que aquilo que é possível para o Reino Unido, seja pelo seu valor endógeno seja pela mais-valia da *Commonwealth*, não está à disposição da maioria dos países da União Europeia, sobretudo para os do euro.

Por isso mesmo, para muitos desses países a mudança da União Europeia, e das suas políticas e estratégias, é vital para a sua própria sobrevivência face à globalização, e nos moldes justamente que defendem muitos dos actuais eurocépticos. Haja assim por parte dos europeístas a sagesa suficiente para perceber que a Europa só se constrói com o apoio e contentamento dos seus Povos. E nunca contra eles, isto é, desprezando a vontade da maioria, por muito que essa vontade vá contra as ideologias ou preconceitos das lideranças e dos burocratas instalados. Na verdade, a reforma da União Europeia não é só vital à sua sobrevivência enquanto tal; mas também um teste à própria democracia.

Porto, 30 de Junho de 2016